

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39502	52413/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

ASSUNTO: Audiência prévia – Exercício do direito de reversão da doação do terreno sito no lugar do Outeiro, na União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente)

Considerando que:

- O Município de Braga era dono e legítimo possuidor do prédio urbano, constituído por uma parcela de terreno destinada a equipamento público, sito no lugar do Outeiro, freguesia de Escudeiros, concelho de Braga, com a área de 2950 m², descrito na Conservatória do registo predial de Braga sob o número 533/Escudeiros, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo P 606 – Cfr. Anexos 4 e 5.
- Por escritura pública datada de 8 de setembro de 2006, o Município de Braga doou à Associação Social de Escudeiros, NIPC 507 224 523, o imóvel supra referido, para construção de um equipamento de carácter social – Cfr. Anexo 2.
- De acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 8 de julho de 2004 e com o estabelecido na mencionada escritura, “o referido imóvel reverterá a favor do Município de Braga, caso se verifique a alteração do fim a que se destina” – Cfr. Anexo 6.
- Após várias denúncias da União de Freguesias das Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente) relativas à falta de salubridade e abandono do terreno em questão, o Município realizou várias ações de fiscalização ao local (a 19/10/2022, 03/02/2023 e 25/07/2025), tendo verificado que o terreno se encontra com vegetação densa que gera uma situação de insalubridade, bem como potencia o risco de incêndio por permitir a concentração de material altamente combustível – Vide anexo 1.
- A Associação Social de Escudeiros em 15/11/2022 e 04/08/2025 foi notificada para proceder à limpeza do terreno.



- Em 14/02/2023, a Associação Social de Escudeiros foi notificada de que, em sede de fiscalização, não foi dado cumprimento à notificação de 15/11/2022, pelo que foi elaborada a respetiva participação e remetida para a Divisão de Serviços Jurídicos e de Contencioso para instauração do competente processo contraordenacional.
- Mais foi notificada a Associação para efetuar voluntariamente os trabalhos de limpeza do terreno em causa, por consubstanciar uma violação do disposto no artigo C-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, sob pena de, não o fazendo, os serviços municipais efetuarem o corte e limpeza da vegetação no terreno, imputando o pagamento das respetivas despesas ao proprietário – Vide anexo 1.
- Acresce que, tendo decorrido já 17 anos desde a data da celebração da escritura da doação, a verdade é que a Associação Social de Escudeiros não iniciou nem instruiu quaisquer procedimentos para encetar e executar a construção do equipamento de carácter social no imóvel objeto de doação, desvirtuando, assim, o fim desta doação.
- Com efeito, tendo o mencionado terreno sido doado à Associação Social de Escudeiros com o objetivo único de aí ser instalado um equipamento de carácter social, no pressuposto de que tal equipamento seria necessário para dar resposta a necessidades prementes de cariz social da freguesia, a total inércia da Associação durante o lapso de tempo de mais de 15 anos é revelador da absoluta ausência de vontade na sua concretização e/ou total incapacidade para assegurar a construção do equipamento e/ou da constatação de que o equipamento social em questão não se afigura necessário.
- Independentemente da razão subjacente, o que parece inquestionável é que a inércia da Associação durante todo este tempo constitui o desvirtuamento absoluto do fim da doação e do interesse público em que a mesma se fundamentou, que legitima o exercício pelo Município de Braga do direito de reversão sobre o terreno em causa.
- Tal intenção do Município de Braga assenta no facto de o Diagnóstico Social de Braga identificar a necessidade do aumento da capacidade de resposta da creche, existindo uma maior pressão e concentração de respostas no centro urbano, enquadrando-se a criação desta resposta no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2030 – Cfr. Anexo 3.

Assim, atendendo que:

1. De acordo com o estabelecido na referida escritura pública, celebrada entre o Município de Braga e a Associação Social de Escudeiros, “o referido imóvel reverterá a favor do Município de Braga, caso se verifique a alteração do fim a que se destina”;
2. Até ao momento, a Associação Social de Escudeiros não promoveu a construção do equipamento de carácter social no imóvel objeto de doação, desvirtuando, assim, o fim deste Contrato;
3. A necessidade do aumento da capacidade de resposta da creche, melhor identificada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2030 – Cfr. Anexo 3;
4. Se encontra inscrito no Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2030, mais concretamente no “Pilar 2 - Cidade Inclusiva”, promover abordagens inclusivas no processo de planeamento, execução e monitorização de projetos e iniciativas de capacitação, autonomização, empoderamento e inclusão social de pessoas em situação e/ou risco de vulnerabilidade social;
5. Se visa garantir a igualdade de oportunidades às pessoas no acesso e usufruto de recursos, serviços e apoios, mitigando contextos e situações de desigualdade e emergência social, de acordo com o “Pilar 3 - Governança para a Inovação”;



Nestes termos, **propõe-se que o Executivo Municipal determine,**

I. Ao abrigo da competência conferida pelo artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Anexo I, da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, **a intenção de exercer o direito de reversão da doação do terreno**, sito no Loteamento da Quinta do Carreiro, realizada a favor da Associação Social de Escudeiros, tendo em vista a utilização do mesmo para prossecução dos objetivos identificados no Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2030.

II. Nos termos e para os efeitos definidos no artigo 121.º e ss. do CPA, **conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis para efeitos audiência prévia da interessada**, podendo esta dizer o que se lhe oferecer sobre o presente projeto de decisão do exercício do direito de reversão.

Anexos:

1. Processo Administrativo n.º 20295/2025;
2. Escritura Pública de Doação;
3. Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2030;
4. Planta;
5. Alvará de Loteamento n.º 62/2002;
6. Deliberação da Câmara Municipal de 08/07/2004.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

